

### **Ata nº 129 / XIII / 3.ª SL**

Aos quinze dias do mês de maio de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

#### **Ordem do Dia (OD):**

- 1. Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República.**
- 2. Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros por requerimento do CDS-PP sobre ciber-segurança.**
- 3. Outros assuntos.**

Iniciados os trabalhos, dirigidos pelo Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por saudar os membros da Comissão, bem como e em especial, o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e restante comitiva, **tendo** explicado a metodologia adotada para a presente audição. No seguimento, anunciou estarem presentes na sala elementos da comunicação social, representantes de associações de espoliados de Angola e Moçambique, e ainda, a esposa de Américo Sebastião, cidadão português desaparecido em Moçambique. De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Ministro para a sua alocução inicial.

#### **Parte 1.**

Começou o Senhor **Ministro** por mencionar os quatro grandes temas que preocupam a política externa portuguesa: a situação de instabilidade na península da Coreia, a intervenção turca na Síria, o terrorismo e a corrupção no Iraque, e a conflitualidade crescente entre o Irão e os restantes países do Golfo Pérsico. Quadro este, segundo sublinhou, agravado pela postura do Presidente norte-americano, ilustrada pelos casos da transferência da embaixada

para Jerusalém e pela denúncia do acordo sobre o nuclear com o Irão, com a qual Portugal discorda, tendo explicado com que motivações. Relativamente à transferência da Embaixada norte-americana, lembrou o Senhor Ministro que a decisão choca com o princípio “dois Estados, uma capital”, adquirido que a comunidade internacional dava por assente, sendo que os próprios Estados Unidos defendiam que o estatuto especial de Jerusalém deveria ser negociado posteriormente. Depois, porque esta nova posição fortalece as posições de conflitualidade extremista, em detrimento do conjunto das forças dispostas ao compromisso, catalisando a espiral de violência na região. Finalmente, por pôr em causa a posição de mediação entre Israel e a Palestina assumida pelos Estados Unidos, e que é condição vital para a paz no Médio Oriente. Já quanto ao acordo nuclear, referiu o Senhor Ministro que a decisão norte-americana desperdiça condições de interlocução com o Irão que eram novidade e desejo da comunidade internacional, tanto mais que este país tem, comprovadamente e segundo os relatórios conhecidos, respeitado o acordo, mormente no concernente à componente de aplicação militar. Assim, além de se colocar numa posição unilateral de incumprimento, os Estados vieram contrariar a tendência de aproximação entre o ocidente e o oriente. Por conseguinte e nesta matéria, Portugal mantém-se na linha defendida pela União Europeia na defesa do acordo, considerando esta situação como um incidente indesejável no contexto das relações transatlânticas. Neste capítulo, realçou as posições da Alemanha e de Portugal e Reino Unido, respetivamente, de desconfiança face aos Estados Unidos, e de reconhecimento de existência de uma certa dessintonia no eixo transatlântico que deve ser revalorizado.

Seguidamente, interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, tendo começado por identificar um recrudescimento das ameaças à escala global, dirigidas ao mundo ocidental, incluindo Portugal. Questionou sobre se o Governo possui os meios técnicos e humanos adequados e suficientes para lidar com a situação, designadamente, ao nível dos serviços de informações e do controle da mobilidade de cidadãos. Sobre o relacionamento com Angola, registou com agrado a evolução mais recente, tendo, porém, assinalado a situação da escola portuguesa em Luanda, onde se têm registado greves e conflitos entre a associação de pais e a cooperativa que gere o estabelecimento. Perguntou, que medidas pretende o Governo tomar acerca desta questão, nomeadamente, no domínio financeiro. Acerca da situação na Venezuela, questionou o Governo sobre as dificuldades existentes no reconhecimento de diplomas dos cidadãos nacionais regressados daquele país, bem como das medidas, insuficientes, de acompanhamento social dos mesmos. Finalmente, quis saber qual a posição do Governo relativamente às reivindicações das associações representativas do

denominados “espoliados do ultramar”.

Respondeu o Senhor **Ministro** que o grau de ameaça é moderado, situando-se no nível 4 (onde 5 é o mais leve e 1 o mais grave). Garantiu que os serviços competentes permanecem trabalhando na recolha e tratamento de informações e que a derrota militar do DAESH não fez diminuir o grau de ameaça, apenas a tornou mais difusa e inopinada. Mencionou ter conversado há poucas horas com o seu homólogo angolano, em visa da preparação da visita a Luanda do Primeiro-ministro. Relembrou que a escola portuguesa de Luanda está sobre tutela do Ministério da Educação, o qual possui dotação orçamental atribuída e procede ao acompanhamento da situação. E agradeceu, ainda, a informação relativamente às dificuldades sentidas pelos cidadãos regressados da Venezuela, às quais o Governo pretende dar resposta o mais rapidamente possível, sem olvidar que o ensino superior é matéria primordialmente reservada às Universidades, até por força das disposições constitucionalmente aplicáveis.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para questionar o Senhor Ministro sobre de que forma poderemos, em colaboração com a União, fortalecer os laços com os Estados Unidos, atentas as mudanças sinalizadas pela política externa deste país e de que são exemplo o TTIP, o acordo nuclear com o Irão, a Organização Mundial do Comércio e até a UNESCO. Quis, ainda, saber se, na opinião do Governo, a União tem condições para salvar o acordo e salvaguardar as relações comerciais com o Irão, e se existem cidadãos portugueses em risco de sofrer sanções neste âmbito, e qual a capacidade de Portugal para influenciar os restantes países no relacionamento com os Estados Unidos. Finalmente, questionou sobre que consequências se antevêm para os Açores da aparente reorientação da política externa americana relativamente ao Atlântico, em favor do Oriente distante.

Em resposta, referiu o Senhor **Ministro** que o fortalecimento da relação transatlântica é um objetivo permanente, que passa, também, por clarificar a situação no médio oriente, com reflexos em toda a região e no mundo. Existe a suscetibilidade de os Estados Unidos atingirem interesses de empresas portuguesas que mantenham relações económicas com o Irão. As quais, possuindo potencial, são insignificantes. Portugal acredita que a resposta de Portugal à nova política externa norte-americana deve passara pelo reforço e da relevância do Atlântico Norte, quadro no qual está a ser preparada a reunião da comissão bilateral de 23 de maio, em Washington.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, que começou por lamentar as nove baixas civis decorrentes dos confrontos na Palestina, baleadas pelo exército israelita, posição que nenhuma bancada tomou até agora, evidenciando uma certa complacência para com Israel. Perguntou se, sobre esta matéria, vai o Governo fazer algo mais. Relembrando que a política externa americana está na origem do DAESH (com a libertação de determinados prisioneiros) e da guerra na Síria, dando origem o enorme afluxo de migrantes, à pressão nas fronteiras externas da União, a situações de miséria humana e a visões xenófobas, quis saber a opinião do Governo sobre se esta situação, no quadro Europeu, tende a mudar e em que medida.

Respondeu o Senhor **Ministro** ter sido bastante oportuno lembrar estas mortes, bem os milhares de feridos registados, relembrando ter o Governo enviado mensagem de pesar e ter estabelecido contactos com o Embaixador de Portugal em Ramallah, a quem foi comunicada a posição de defender a promoção de uma investigação isenta sobre a proporcionalidade dos meios usados na intervenção por parte de Israel. O próprio Hamas, segundo referiu, terá apelado à contenção. Será matéria a abordar no próximo Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros, a decorrer dentro de duas semanas, sublinhando que a União Europeia é a única entidade de nível estadual a trabalhar no sentido da estabilização do Médio Oriente, sem esquecer a dificuldade adveniente do facto de os Estados Unidos terem estado a caucionar a política externa israelita.

Interveio o Senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS/PP)**, tendo começado por questionar o Ministro sobre os resultados da recente deslocação do Primeiro-ministro ao Canadá. Relativamente ao relacionamento com o Irão, considerou que a posição americana representa um recuo de dez anos no processo de paz regional, com potenciais implicações no Atlântico. Quanto à situação israelo-palestiniana, declarou que o CDS acompanha a posição do Governo. Quanto à situação na Venezuela, questionou o Ministro sobre qual é a posição portuguesa em face do processo eleitoral que se avizinha, atendendo a que não existem partidos políticos, existem opositores presos e cerca de 6 mil mortos. Finalmente e quanto à questão dos espoliados, lembrou que, apesar de decorridos 44 anos, e muitas promessas, nada foi ainda feito.

Respondeu o Senhor **Ministro** para lembrar existir importante presença portuguesa no Canadá, apesar da incipiência das relações económicas, situação que deve ser alterada. Relativamente à Venezuela, declarou estar atento às condições de organização do ato

eleitoral, designadamente, das suas condições de fiscalização, havendo que aguardar a conclusão do processo eleitoral e tomar posição logo após. O que o Governo deve perguntar é o que é que pode fazer mais para ajudar a comunidade portuguesa naquele país. Quanto aos espoliados, a questão está a ser equacionada conjuntamente com o Ministério das Finanças.

Tomou a palavra o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), tendo começado por aflorar o dramático momento vivido no Médio Oriente, que culminou com os recentes disparos sobre palestinianos, com centenas de mortos registados nas últimas semanas. Existe um manifesto desrespeito dos Estados Unidos pelo direito internacional que dura há setenta anos e agora agravadas pela sua nova Administração, augurando uma catástrofe para aquela região, de que a denúncia uniliteral do acordo com o Irão constitui, apenas, mais um exemplo. Perguntou qual a posição que Portugal deveria assumir nesta matéria, considerando o teor do artigo 7.º da Constituição da República, e da participação de Portugal em operações no âmbito da NATO.

Respondeu o Senhor **Ministro** que Portugal sempre defendeu o direito à autodeterminação dos povos, incluindo o palestiniano, condenando todos os atos que desrespeitem o direito internacional, vendo as Nações Unidas como o melhor garante da paz até hoje criado. Condena o uso desproporcionado da força militar, tal como condena bombardeamentos sobre cidades israelitas. Condena a política de colonatos, como condena o discurso de ódio do Hamas. Portugal não condena de forma seletiva: ao contrário, condena todos os atos que contrariem o direito internacional, independentemente dos seus autores. Lamentou o facto de os Estados Unidos se estarem a afastar do multilateralismo que Portugal defende nas relações internacionais. Relativamente à participação de Portugal em ações da NATO no Afeganistão, discordou a forma com o PCP as qualifica, lembrando o teor do artigo 5.º do Tratado NATO. As intervenções devem considerar-se no âmbito da estabilização da região. Portugal está presente no Iraque no apoio à capacitação das suas forças de segurança, e no Afeganistão, na defesa do aeroporto de Cabul e, também, na instrução das suas forças militares, sendo que ambas as situações ilustram bem quais as motivações da intervenção portuguesa na região.

Transitados para a **segunda ronda de intervenções**, intervieram os seguintes Senhores Deputados, no sentido seguidamente exposto:

**Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** que assinalou a degradação dos serviços consulares, onde as saídas de pessoal não são cobertas pelas entradas, criando problemas que atingem diretamente as comunidades portuguesas, querendo saber se o próximo orçamento poderá resolver estas situações. Sobre o Ato Único Consular, previa o MNE que estivesse implementado no final de 2017, até a abril passado, onde foram identificados pelo Governo problemas técnicos que impossibilitaram a sua concretização: afinal, gastos que foram 500 mil euros, quis saber qual a real situação sobre o que se passou.

**Paulo Pisco (PS)**, para questionar o estado dos recursos humanos consulares, para cujo efeito há que ter consciência de onde vimos e para onde vamos, tendo lembrado os cortes em pessoal e aumento de cargas horárias impostas pelo anterior Governo. Sublinhou o excelente trabalho realizado pelo atual Governo, tanto na reposição de salários, como no reposicionamento das 35 horas semanais de trabalho, sem esquecer a introdução do mecanismo cambial de correção. Perguntou quantos funcionários estão abrangidos e quais os custos financeiros envolvidos e em que prazo prevê a sua cabal introdução. Perguntou que informações poderia dar sobre o processo de eleição e possibilidades do Dr. António Vitorino na Agência das Migrações.

**Pedro Filipe Soares (BE)**, que colocou o acento tónico da sua intervenção em questões do funcionamento interno do MNE, mormente dos serviços externos e consulares, onde as insuficiências no atendimento em Londres são já graves e recorrentes, sem que se vislumbre soluções, a começar pelo número de funcionários que é de todo inadequado.

**João Gonçalves Pereira (CDS/PP)**, para perguntar como está a correr o plano de investimento estrangeiro ao abrigo do programa “Internacionalizar” e qual o impacto previsível do mesmo. Qual tem sido a adesão das empresas portuguesas no programa de divulgação da língua portuguesa. Relativamente ao funcionamento da rede consular, questionou o Governo acerca das necessidades neste domínio e o que pretende o Governo fazer.

**João Oliveira (PCP)**, para assinalar, na sequência de uma visita recente a comunidades em França, a existência de problemas relacionados com a habitação, desemprego e exclusão social, sobretudo nos chegados há menos tempo, não havendo capacidade de resposta local. Depois, para lembrar a existência de uma proposta do PCP sobre a gratuitidade do ensino à distância do português, tendo manifestado alguma curiosidade para saber como irá votá-la o PSD, atentas as posições que tem vindo a evidenciar neste domínio.

Para responder, foi concedida a palavra ao Senhor **Ministro**, tendo referido que a eleição em que participa o Dr. António Vitorino é muito difícil, tendo lembrado que este cargo foi sempre preenchido por norte-americanos. Interveio, também, o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**, tendo referido que o MNE já concluiu o programa de ensino à distância. Relativamente ao pessoal consular, lembrou que em 2005 a situação era de sangria de pessoal, sendo que em 2011, pela primeira vez, houve balanço positivo, com 64 entradas e 58 saídas. Importa aumentar a atratividade remuneratória, o que passa por isentar parcialmente o rendimento auferido para efeitos de imposto direto, até metade, no caso da Suíça, e até um terço nos Estados Unidos e Reino Unido.

Transitados para a **terceira ronda de intervenções**, intervieram os Senhores Deputados: **Carlos Páscoa (PSD)**, para alertar que o mecanismo de apoio social a idosos carenciados (ASIC) não está a ser aplicado, e que na renovação do Cartão de cidadão, os prazos não estão a ser respeitados.

**Lara Martinho (PS)**, para questionar, no âmbito dos trabalhos que irão decorrer a 23 de maio, no âmbito da Comissão Bilateral com os Estados Unidos, quais os objetivos propostos pela parte portuguesa; se existe já data prevista para adjudicação dos trabalhos de descontaminação dos solos e se, sobre esta matéria, existem novos dados facultados pela parte americana; e se existem alguns indícios da existência de despedimentos de trabalhadores portugueses da Base das Lajes; finalmente, se existe alguma novidade acerca da criação do Centro de Defesa do Atlântico.

José Cesário (PSD), para lembrar o Senhor Ministro que o saldo positivo que invocou para 2011 não é verdadeiro, sendo negativo em cerca de 330 funcionários, sendo que apenas em 2015 é que se registou um aumento em 150 pessoas, tendo assinalado que a diferença de números registada se deveu à alteração dos horários de trabalho e não pela entrada ao serviço de mais pessoal.

**Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para perguntar qual a posição do Governo relativamente à situação dos denominados espoliados do Ultramar, e para quando está prevista a visita oficial do Primeiro-ministro a Angola.

**Ascenso Simões (PS)** para questionar se o trabalho do Governo no robustecimento da relação transatlântica é agora mais determinante, em função do BREXIT; e se Portugal é ou não favorável ao aumento da velocidade na implementação da Cooperação Estruturada

Permanente.

**Ângela Guerra (PSD)**, para questionar sobre se, no âmbito da cooperação, não haverá um peso excessivo da componente delegada (42 milhões de euros), relativamente à bilateral (17 milhões), traduzido numa forte dependência de verbas europeias; e qual o papel que deve ser reconhecido às organizações não-governamentais na produção de riqueza das nações onde intervém.

**Paulo Pisco (PS)** para se insurgir contra a intenção de “recriar a história”, protagonizada pelo PSD relativamente ao balanço de pessoal consular entre 2011 e 2015.

**António Ventura (PSD)**, para perguntar se existe algum plano de intervenção na Praia da Vitória, Terceira e, na afirmativa, qual; porque não foram ainda delimitadas as zonas contaminadas; e, finalmente, se o Governo vai cumprir o deliberado na Assembleia Regional, em matéria de finanças locais.

**Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, para sublinhar que os números não enganam, insurgindo-se contra a demagogia política do Governo, a qual só tem sido possível manter porque PCP e BE abandonaram este específico debate político

Para responder, foi concedida a palavra à Senhora **Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação** que, sobre questões da língua e cooperação, referiu que as comemorações da língua portuguesa, de 5 de maio decorreram em inúmeros países onde existem comunidades portuguesas, embora o ponto alto tenha sido o discurso do Secretário-geral das Nações Unidas, perante a Assembleia Geral desta Organização. Houve ainda encontros entre as academias dos países da CPLP, o que contribui para a valorização internacional da língua portuguesa. Assinalou, de seguida, que a grande preocupação inicial deste Governo foi o de reformular o modelo de cooperação, em sintonia com a agenda internacional (agenda 20-30, acordo sobre o clima e agenda de Adis-Abeba). Outro pressuposto passou pelo alargamento da esfera de competências do MNE na área económica. O terceiro ponto relevante foi o da diversificação dos parceiros envolvidos na cooperação, mormente com empresas e sociedade civil. As linhas de apoio existentes foram exponencialmente aumentadas e criadas novas, orientadas precisamente para a sociedade civil. Foram trazidos fundos comunitários para a cooperação e aplicados junto dos países nossos parceiros, onde os projetos, nos últimos 2 anos, representam 180 milhões de euros, mais do que os 30 milhões verificados até 2016. Só em Angola estão assinados projetos na agricultura de 60 milhões de euros, e de 22 milhões na formação, tudo no âmbito da cooperação delegada. Portugal deixou de ser contribuinte líquido para o Fundo de



Desenvolvimento. Portugal logrou associar novos parceiros à sua Cooperação, designadamente com a Alemanha, Espanha e Itália, e também na cooperação triangular, nomeadamente com a China, o Brasil e o Chile, esforço reconhecido com exemplar pela OCDE. Também os programas de índole multilateral devem ser assinalados, no norte de África e na América Latina, onde a política externa nacional tem interesses.

Interveio seguidamente o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**, para clarificar que a empresa que havia vencido o concurso para implementação do Ato Único Consular evidenciou manifesta incapacidade técnica para tal efeito, pelo que irá avançar a empresa classificada em segundo lugar no respetivo concurso. Relativamente ao atendimento consular, referiu existir um novo modelo para os casos não-urgentes, baseado na prestação de informação eletrónica e subsequente encaminhamento. Quanto ao ASIC, constatada a sua insuficiência, resolveu-se avançar para a aplicação do apoio social de emergência consular (ASEC), alargado a todos os carenciados, independentemente da idade. Quanto ao atendimento consular, foram celebrados acordos de cooperação para instituir gabinetes de atendimento locais, designadamente em França, Escócia, Lamberth, Londres e Gales. E esclareceu as situações de Paris, Bruxelas, Londres, Manchester e no Brasil, onde se verificou uma diminuição do número de reclamações.

Finalmente, tomou a palavra o Senhor Ministro, para esclarecer não existirem motivos de preocupação com o processo de descontaminação dos solos da Terceira. Assinalou um crescente interesse na questão da segurança no Atlântico norte. Frisou que o BREXIT não implica uma saída do Reino Unido do continente europeu nem do arco atlântico, até porque seria nefasto que a União se resumisse, apenas, à sua componente continental. Relativamente à Cooperação Estruturada Permanente, o Governo não separa as vertentes NATO e UE, defendendo a sua complementaridade. E terminou, referindo que os serviços do MNE sofreram uma “sangria” de um quarto dos seus efetivos, entre 2005 e 2011.

Pediu a palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, que lhe foi concedida, para protestar pelo facto de as suas perguntas acerca da situação dos espoliados do Ultramar e da visita do Primeiro-ministro a Angola, não terem sido respondidas.

Interveio o Senhor **Ministro** para esclarecer que a situação dos espoliados não é da competência direta do MNE, e que o Primeiro-ministro irá em breve visitar Angola, estando a ser preparada a deslocação oficial.

**Parte 2.**

Nesta Parte da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado João Gonçalves Pereira (CDS/PP)** para, na qualidade de Autor do Requerimento, proceder à sua apresentação, tendo este relembado a origem do problema e suas circunstâncias, de resto, levantadas pelo próprio Ministro em anterior audição.

Atenta a natureza reservada desta Parte dos trabalhos, as declarações prestadas pelo Senhor Ministro não serão aqui reproduzidas, estando porém acedíveis, a pedido, pelos Senhores Deputados que entendam fazê-lo.

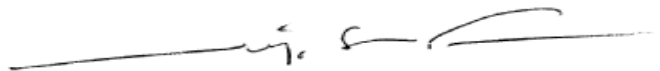
Registaram-se nesta audição, as intervenções da(o)s Senhora(e)s Deputada(o)s **Rubina Berardo (PSD)**, **Isabel Santos (PS)**, e **António Filipe (PCP)**.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas vinte horas.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 15 de maio de 2018

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**



### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
Ascenso Simões  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Jamila Madeira  
Joana Lima  
João Gonçalves Pereira  
João Oliveira  
José Cesário  
Lara Martinho  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Porfírio Silva  
Sérgio Azevedo  
Sérgio Sousa Pinto  
António Ventura  
Berta Cabral  
Maria Augusta Santos  
Maria Manuela Tender  
Rubina Berardo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Neves  
Ricardo Baptista Leite  
Rui Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuel Rola

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 17/07/2018.**